

# **Os atentados de 11/9 de Setembro nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo de 2001 a 2008**

Fhoutine Marie Reis Souto<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho apresenta os resultados obtidos em minha pesquisa de mestrado, defendida em junho de 2009. Nela analisei a cobertura do atentado de 11 de Setembro nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. O estudo incluiu o material publicado nos jornais no dia seguinte aos atentados e nos aniversários do evento até o ano de 2008. Procurou-se verificar a influência das agências de notícias e jornais estrangeiros na cobertura, a quantidade de material publicado ao longo dos anos e os temas predominantes. A análise teve como referencial teórico as proposições de Michel Foucault sobre a relação saber-poder, construção de verdades e procedimentos metodológicos para análise do discurso. Também foram importantes as contribuições de Gilles Deleuze e Felix Guattari sobre a construção de universais na comunicação e palavra de ordem. Entre os resultados obtidos destacam-se: a) a falta de uma delimitação de fronteiras entre informação e opinião; b) o papel das agências de notícia (ao contrário do que diz a literatura sobre jornalismo internacional, a maior parte do material sobre o 11 de Setembro nos dois jornais foi de autoria dos jornalistas da própria redação ou colaboradores); c) a predominância da abordagem belicosa dos atentados (desde o dia dos atentados as manchetes dos jornais fizeram referências à guerra e à retaliação norte-americana em detrimento de uma contextualização histórica dos atentados); d) a permanência de algumas pautas ao longo dos anos (a divulgação de vídeos da Al-Qaeda, a programação dos aniversários dos atentados, histórias de pessoas que perderam parentes na data).

**Palavras-chave:** 11 de Setembro, terrorismo, jornalismo internacional, análise do discurso.

## **Introdução**

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001 o prédio do World Trade Center, em Nova York, foi atingido por dois aviões. Suas torres vieram abaixo menos de duas horas depois do primeiro impacto. No mesmo dia outro avião atingiu o edifício do Pentágono, em Washington. Os atentados foram atribuídos à Al-Qaeda, grupo islâmico radical do

---

<sup>1</sup> Mestre em Ciências Sociais e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP).

Afeganistão liderado pelo saudita Osama Bin Laden. Um ano após os atentados o governo dos Estados Unidos divulgou a “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”, anunciando as diretrizes de defesa do país a partir daquele momento e dando início à guerra contra o terror. O documento (que posteriormente foi apelidado de “Doutrina Bush”) previa a estratégia de autodefesa antecipada, ataques preventivos como forma de neutralizar potenciais ameaças antes que elas tivessem oportunidade de se concretizar. As conseqüências mais expressivas dessa política foram as invasões do Afeganistão e do Iraque (no plano externo) e a aprovação da Lei Patriótica<sup>2</sup> (no plano interno).

\*

O jornalismo internacional brasileiro possui alguns limites que resultam em uma cobertura com características singulares. Por um lado a existência de um número pequenos de correspondentes faz com que a maior parte da cobertura de política internacional seja feita dentro da redação, por telefone ou Internet, com grande uso dos despachos das agências de notícias. O trabalho do correspondente também encontra limitações, como o controle governamental de informações e a dependência das fontes oficiais. Por outro lado, há um esforço dos profissionais que atuam nessas editorias de interpretação e contextualização dos fatos, que é facilitado pelas ferramentas tecnológicas. Neste caso, o jornalismo de análise, embora prescindindo da observação do repórter como “testemunha ocular da história” é o que acaba fazendo a diferença num cotidiano de mesmice das matérias factuais.

Este trabalho se propõe a mostrar de que modo a queda das torres gêmeas foi noticiada em dois grandes periódicos brasileiros. As abordagens teórico-metodológicas que referenciam esta análise encontram-se a seguir.

### **Jornalismo, discurso e verdade**

---

<sup>2</sup> A Lei Patriótica (*Patriotic Act*) foi aprovada em 2001, 45 dias após o 11 de Setembro. A intenção da lei é criar ferramentas para interceptar e obstruir atos de terrorismo. Na prática a lei implica na violação de direitos fundamentais, como a possibilidade de escutas telefônicas sem prévia autorização judicial ou o julgamento em tribunal militar de suspeitos de terrorismo. Para a organização não-governamental American Civil Liberties Union, o período que se seguiu à aprovação da lei é o considerado o maior de perdas de garantias individuais na história dos Estados Unidos. No site da ONG ([aclu.org](http://aclu.org)) encontra-se o balanço sobre essas atividades.

Na década de 1970, a obra de Michel Foucault foi marcada por trabalhos sobre os mecanismos de poder e as articulações entre saber e poder, mediadas pelos “modos de produção de verdade” (MUCHAIL, 2004: 14). A partir de então, o filósofo passou a priorizar o cruzamento dos discursos com a trama das instituições e práticas sociais, o que chamou de método genealógico. A genealogia trata de uma insurreição dos saberes contra os efeitos centralizadores de poder, que estão vinculados às instituições e ao funcionamento dos discursos científicos, organizados no interior de nossa sociedade. Em certo sentido, as genealogias são anti-ciências. Porém, não é pelo empirismo que perpassa o projeto genealógico, e sim por fazer emergir saberes locais, descontínuos, não-legitimados, desqualificados, enfim, toda uma gama de “saberes sujeitados”, contra uma instância teórica que pretenderia hierarquizá-los em nome de um conhecimento verdadeiro (FOUCAULT, 1999: 11).

Em vez de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania, para o âmbito dos aparelhos de Estado, para o âmbito das ideologias que o acompanham, creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber (FOUCAULT, 1999: 38).

O discurso é o lugar onde saber e poder se articulam. O discurso é nesta proposição, simultaneamente, instrumento e efeito de poder. Deve ser concebido como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme, nem estável. Mais precisamente, “não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes” (FOUCAULT, 1988: 111).

Em todas as sociedades a produção de discursos é controlada, selecionada, organizada e distribuída por procedimentos que têm a função de “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996: 8). Esse processo possui três formas de exclusão/interdição do discurso: *a palavra não-dita* (o que não se diz ou se diz apenas em alguns momentos); *a separação entre razão e loucura* (a rejeição do que diz o louco); e *a vontade de verdade* (separação entre falso e verdadeiro). Os dois primeiros procedimentos se articulam na direção do terceiro. Esse procedimento, como os outros sistemas de interdição, é sustentado por um sistema de instituições que não se exercem sem pressões ou violência. A separação entre verdadeiro e falso está em perpétuo

deslocamento e é reconduzida pelo modo como o poder é atribuído, valorizado, repartido e aplicado numa sociedade.

A seleção de pauta indica o primeiro procedimento de interdição, a palavra não-dita. A pauta que define o que é ou não notícia, define o que deve ou não ser dito nas páginas dos jornais. Também atua estabelecendo o que é importante ou não de ser noticiado ou o que é dito em apenas algumas ocasiões. O que não é dito não existe para o “mundo” da mídia. Ou não importa.

A separação entre razão e loucura acontece quando a mídia busca legitimar a informação se amparando em fontes oficiais, primando pelos saberes técnico-científicos em detrimento de outros, que são desqualificados sob a alegação de serem conhecimentos místicos ou populares. Há sempre um especialista a interpretar a fala do líder religioso do Oriente ou os fatores que culminaram na existência do homem-bomba. Há sempre um psicólogo para identificar a patologia do criminoso. A racionalidade técnico-científica, oficial, está até nos domínios, que aparentemente não podem ser explicados pela razão.

Foucault adverte que pouco se fala sobre o terceiro procedimento, a vontade de verdade, como se houvesse um mundo verdadeiro totalmente separado à espera de contemplação. Do mesmo modo, quase não há no jornalismo, uma autocrítica que questione as verdades criadas ou legitimadas pela imprensa. O conceito de vontade de verdade é importante para pensar o modo de produção dos discursos jornalísticos, pois esta é uma prática indissociável da vontade de verdade. A credibilidade de um órgão de imprensa é uma operação de separação entre o mundo falso e o mundo verdadeiro, o mundo dos fatos que merecem ser narrados. A empresa jornalística funciona, assim, como uma instituição que, se não cria verdades, atua como uma instituição que confere a legitimidade a algumas verdades que circulam num determinado meio social.

Existem ainda modos de controle e delimitação que se exercem no interior do discurso: o *comentário*; o *autor*; e a *rarefação dos sujeitos que falam*.

O comentário é um nível do discurso onde se constrói o novo ao mesmo tempo em que se fixa o tradicional. São textos do nosso sistema de cultura, textos religiosos, jurídicos, e, em certa medida, os textos científicos. Este princípio opera pela repetição.

É por meio da repetição que o comentário se multiplica, pois o novo não está no que é dito, mas no acontecimento à sua volta que sempre está a fazer referências ao que já foi estabelecido.

O princípio do autor não diz respeito necessariamente ao indivíduo que pronunciou ou escreveu um texto, mas a um princípio de agrupamento do discurso como unidade e origem de suas significações. Não se trata de negar a existência do indivíduo que escreve, mas considerar que o indivíduo que escreve, retoma por sua conta, a função de autor: o que escreve, o que não escreve; todo esse jogo de diferenças é reflexo de sua época, como ela a recebe e/ou a modifica.

A rarefação dos sujeitos que falam impõe aos indivíduos que pronunciam os discursos certo número de regras e, assim, não permite que todo mundo tenha acesso a ele. No caso da imprensa, trata de pensar quem são os sujeitos falantes, do “âncora” que comenta as notícias de política ou quem são os entrevistados, quais as fontes de informação consideradas legítimas.

Esses procedimentos apontam para algumas tarefas na análise do jornalismo. A primeira delas é a necessidade de verificar como atuam os comentários do texto jornalístico, na medida em que estes constroem o novo sem abalar antigas crenças; ao contrário, muitas vezes acabam por reforçá-las. A notícia nunca é um fato isolado, ela sempre é narrada com retrospectos e interpretações que vão contextualizar e classificar os acontecimentos. No caso do princípio do autor, faz-se necessária a tarefa de verificar como o discurso agrupa significações prévias, que é ao mesmo tempo síntese dos saberes dominantes de uma época, como também, uma opção de interpretação feita pelo sujeito que escreve o texto, que é ele mesmo atravessado pelo jogo de forças presente em determinada época. Isso quer dizer que apesar do mito da imparcialidade e objetividade jornalística, o profissional que redige um texto faz opção por uma chave de interpretação, que é uma dentre várias possíveis. Por último, verificar a rarefação dos sujeitos é uma tarefa de mão-dupla. Os sujeitos falantes na mídia não são apenas os especialistas e as fontes oficiais de informação, como informes de governos, assessorias de imprensa e agências internacionais. Na era da informação instantânea, de blogs e twitter, cada vez mais os próprios jornalistas se tornam sujeitos falantes (ainda que sua credibilidade seja indissociável da prática deste profissional nas grandes empresas de

comunicação), o que resulta na difusão de opinião travestida de uma informação, muitas vezes difundindo preconceito e estereótipos.

Se o discurso veicula, produz, reforça o poder, ele também o mina, expõe, debilita. Neste jogo complexo e instável, o discurso pode ser também lugar de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. Onde há poder há resistências e estas nunca se encontram em exterioridade em relação ao poder. Os pontos de resistência estão presentes em toda rede do poder, distribuídos de modo irregular e diferentes entre si. Resistências, no plural, que algumas vezes podem operar grandes rupturas, mas que na maioria das vezes introduzem na sociedade clivagens que se deslocam e atravessam os indivíduos.

### **Comunicação, opinião, palavra de ordem**

Para Deleuze e Guattari (1997) a filosofia da comunicação se esgota na procura de uma opinião universal liberal como consenso. A comunicação (incluindo o jornalismo) não cria conceitos; ela é feita de opinião. Toda opinião é política no sentido que exprime funções gerais em estados particulares. A opinião é em sua essência vontade de maioria e, portanto, só pode falar em nome de uma maioria: será verdadeira a opinião que coincida com a do grupo ao qual se pertencerá ao enunciá-la (DELEUZE & GUATTARI, 1997: 190).

A crítica que esses autores fazem não traz uma proposta de outra forma de comunicação, mas aponta para os excessos da comunicação e de sua falta de resistência ao presente e às idéias prontas. Para eles, é justamente por meio das idéias prontas (algo semelhante ao que Foucault diz quando descreve como atua o princípio do *comentário* no discurso) que procederiam os meios de comunicação. Os jornais procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, seja pela sua seleção de pauta, seja pela continuidade que dá à cobertura de alguns temas (muitas vezes exaustiva) ou pelo completo esquecimento do mesmo na edição do dia seguinte. Neste caso, a linguagem não é informativa ou comunicativa, mas a simples transmissão de palavras de ordem.

Palavra de ordem não se refere a uma categoria particular de enunciados explícitos (comandos, no imperativo), mas a todos os atos que estão ligados aos

enunciados por uma obrigação social. A unidade elementar da linguagem – o enunciado – é a palavra de ordem. A enunciação não é individual e não existe mesmo um sujeito de enunciação; ela remete aos agenciamentos coletivos, atos que se definem pelo conjunto das transformações incorpóreas<sup>3</sup> em curso numa sociedade e que se atribuem às pessoas dessa sociedade. Esses aspectos não se situam na lingüística. Eles remetem diretamente à política, à necessidade de verificar como a política trabalha a língua por dentro, fazendo variar não apenas o léxico, mas a estrutura e todos os elementos de frases.

A literatura considerada um agenciamento está em conexão apenas com outros agenciamentos e escrever nada tem ver com significar, e é antes disso, cartografar regiões. No caso do jornalismo, a seleção de pauta internacional faz um recorte do mundo a ser visto, atribuindo mais importância a alguns países que diariamente possuem notícias sobre sua política nas páginas dos jornais que a outros que raramente recebem cobertura da editoria internacional. É importante frisar que para os autores, esse tipo de recorte não tem a ver com ideologia, com um projeto de dominação de uma classe sobre a outra ou um projeto de manipulação que precisa ser “descoberto” nas entrelinhas do texto jornalístico. O jornalista não manipula, ele mesmo é atravessado pelos diversos saberes e jogos de força em curso na sociedade da qual faz parte.

Cabe dizer que se a palavra de ordem traz em si “uma morte direta àquele que recebe a ordem, uma morte eventual se ele não obedeceu, ou, antes, uma morte que ele mesmo deve infligir”, ela também traz outra coisa, inseparavelmente ligada a essa: um grito de alarme ou uma mensagem de fuga (DELEUZE & GUATTARI, 2007: 54). Na palavra de ordem a vida deve responder à resposta da morte, não fugindo, mas fazendo com que a fuga aja e crie. Ou seja, é em meio aos comandos sobre o que se deve pensar e reter que existe a possibilidade de resistências.

A partir da síntese das proposições de Foucault e Deleuze é possível obter algumas constatações. A primeira trata da necessidade de analisar o jornalismo não como a expressão de uma ideologia ou um campo de um poder que se exerceria de um grupo sobre os demais, de uma classe sobre outras, e sim um campo de saber

---

<sup>3</sup> Sobre as transformações incorpóreas, Deleuze fala que os corpos possuem uma idade, uma maturação, um envelhecimento. Porém, maioridade, a aposentadoria, enfim, as categorias de idade, são transformações incorpóreas que se atribuem imediatamente aos corpos em cada sociedade.

atravessado por diversos fluxos. Em segundo lugar, percebe-se que o discurso jornalístico é marcado pela descontinuidade, e como campo de produção de saber e de fixação de verdades, é marcado pela presença de palavras de ordem, daquilo que é preciso pensar e reter, o que é reforçado pelo forte componente “oficialista” presente nos noticiários. Terceiro, que o significado político dos termos empregados pela linguagem jornalística não cessam de variar de acordo com os agenciamentos e transformações incorpóreas em curso em uma sociedade. Por isso é fundamental pensar essas desterritorializações no campo da política e não da lingüística. Por último, a noção de que se toda palavra de ordem encerra “uma sentença de morte”, o discurso também é o espaço das possibilidades de linhas de fuga e resistências.

### **Os atentados nos jornais estudados**

Para analisar a cobertura dos atentados de 11 de setembro nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, optou-se, como recorte, por analisar o material publicado no dia seguinte aos atentados e as edições de “aniversários” dos eventos até o ano de 2008. Incluem-se aí todo texto publicado sobre este assunto no primeiro caderno dos jornais (nos editoriais e nas editorias Mundo/Internacional) e cadernos especiais sobre o assunt. Pretendeu-se verificar a porcentagem de material produzido pelo próprio veículo em contraste com quantidade de matérias de agências internacionais de notícias, jornais e revistas estrangeiros e que temas predominam na cobertura.

No período analisado foram publicadas 283 ocorrências o 11 de Setembro, 140 na *Folha de S. Paulo* e 143 em o *Estado de S. Paulo*. No primeiro ano, sob o impacto da notícia, a quantidade de textos foi bastante expressiva – 90 ocorrências no primeiro e 89 no segundo, ou seja, 179 ocorrências apenas no dia seguinte aos atentados. A proporção de matérias publicadas pelos dois veículos permaneceu equilibrada ao longo dos anos.

Quanto à autoria dos textos, um resultado que surpreende por ir contra o que dizem diversos estudos de jornalismo. A maioria dos textos era assinada por profissionais dos jornais em questão ou por articulistas e colaboradores brasileiros. Ao todo foram 178 ocorrências de autoria “própria” contra 57 textos de agências internacionais de notícias e jornais estrangeiros. A presença de textos de fora foi bem maior em *O Estado de S. Paulo*, responsável por 46 dessas ocorrências, 18 só no ano de 2001, enquanto a *Folha* publicou 11. As ocorrências de autoria híbrida (em geral vários

textos de agências de notícias reeditados ou de jornais e revistas estrangeiros ou acrescidos de alguma informação apurada pelo jornal) foram pouco frequentes, 23 ao todo, sendo 14 destas na *Folha*. Isso permite dizer que neste jornal se utiliza tanto quanto no seu concorrente, a diferença é que neste há uma edição da redação antes de o texto vir a ser publicado. Houve ainda 25 ocorrências de autoria não identificada, 13 na *Folha* e 12 no *Estado*.

### **Análise do discurso**

Foucault adverte que pouco se fala sobre a vontade de verdade, como se houvesse um mundo verdadeiro totalmente separado à espera de contemplação. Do mesmo modo, quase não há no jornalismo, uma autocrítica que questione as verdades criadas ou legitimadas pela imprensa. O conceito de vontade de verdade é importante para pensar o modo de produção dos discursos jornalísticos, pois esta é uma prática indissociável da vontade de verdade. A verdade construída na cobertura do 11 de Setembro foi a da guerra.

A capa da *Folha de S. Paulo* estampava logo acima da manchete a frase “Guerra na América”, mesmo título do editorial daquele dia. Em *O Estado de S. Paulo* a manchete “Terrorismo declara guerra aos EUA” trazia o mesmo apelo que foi repetido no editorial “Um estado de guerra mundial”. E esse foi tom foi predominante na cobertura, ainda que o uso do termo não se aplicasse, pois não havia uma declaração formal de guerra de um país contra outro. Construção da verdade da guerra personificava o terrorismo como se este fosse um sujeito concreto, sem fazer distinção entre as diversas formas de terrorismo que existem.

Reforçando a idéia de guerra, os jornais publicaram declarações de chefes de Estado condenando os atentados. Em *O Estado de S. Paulo* a declaração do presidente russo Vladimir Putin era de que o ato configurava “um desafio a toda a humanidade”. Na mesma página, uma matéria o premiê britânico Tony Blair afirmava que a batalha não era só dos Estados Unidos, mas “entre o mundo democrático e livre e o terrorismo”. Na *Folha de S. Paulo* teve destaque a notícia de que a União Européia se reuniria para discutir a crise. Também chama atenção o modo como foi noticiada nesse jornal a reação de dois líderes: o primeiro-ministro de Israel, Ariel Sharon declarou seu apoio aos Estados Unidos e declarou que “a guerra contra o terrorismo é uma guerra

mundial”. Já a notícia que falava da reação do líder palestino Iasser Arafat, que também condenou os atentados, começava falando da população palestina comemorando os ataques. Ainda que nem os territórios palestinos ou nem Estado de Israel estivessem envolvidos no ataque, a forma como foi noticiada a reação dos dois líderes já coloca os dois em pólos opostos.

Com o passar dos anos as reportagens que fazem referência à guerra passaram a narrar mais uma vez como foram os atentados daquele dia e a tratar das “consequências” imediatas do 11/9, a guerra contra o Afeganistão, a preparação para invadir o Iraque e a procura por Bin Laden. *Na Folha* o aniversário dos atentados foi assunto de boa parte da seção que o jornal dedica a textos analíticos (as páginas A2 e A3). Neste momento ocorreram as primeiras críticas à política externa do governo George W. Bush, com a constatação que a “América” teria se tornado um lugar mais unilateral e menos democrático. A crítica ao unilateralismo continuaria presente no ano seguinte, mas depois viria a desaparecer, deixando espaço para impactos do 11 de Setembro nas eleições de 2004 e se concentrando nos textos factuais, com poucas novidades sobre o caso, salvo uma ou outra notícia sobre Afeganistão, Iraque e aparições em vídeo de Bin Laden. A cobertura do *Estadão* foi parecida, exceto pelo fato de que esta privilegiou os textos factuais desde o primeiro aniversário e manteve o assunto em pauta até 2008, quando uma nota citou a campanha presidencial daquele ano e a participação dos candidatos nos eventos em memórias das vítimas dos atentados.

A guerra permaneceu em pauta, passando de “guerra contra a América” à “guerra contra o terror” e foram poucos os textos, noticiosos ou analíticos que se propuseram a pensar os atentados de 11 de Setembro fora deste modelo. Alguns exemplos:

### **Folha de S. Paulo**

Guerra na América (editorial) 12/09/2001

A terceira guerra (artigo) 12/09/2001

“Estamos em guerra, mas não sabemos quem é o inimigo” 12/09/2001

Para nova-iorquinos, clima é de guerra 12/09/2001

Berlim vê ato de “guerra contra o mundo civilizado” 12/09/2001

“Guerra contra o terror é mundial”, diz Sharon 12/09/2001

Mundo árabe está em guerra com os EUA (artigo) 11/09/2002

A terceira guerra 11/09/2003

### **O Estado de S. Paulo**

Um estado de guerra mundial 12/09/2009  
Nas ruas, as pessoas pediam guerra 12/09/2009  
Nas ruas, medo de guerra e de mais crise econômica 12/09/2009  
Guerra contra o terror só rendeu três processos 11/09/2003

Lembrando que os dois primeiros procedimentos de interdição e exclusão do discurso de articulam em direção do terceiro, a vontade de verdade, cabe dizer que a seleção de pauta – que indica o primeiro procedimento de interdição, a palavra não-dita – atua definindo o que é ou não notícia, define o que deve ou não ser dito nas páginas dos jornais. A esse respeito é importante pensar na ausência de reportagens sobre o fenômeno terrorismo, que tomou de assalto as páginas dos jornais para se tornar pauta permanente. Ou ainda, algo que falasse do preconceito que atingiu as populações árabes e islâmicas. Não houve reportagens para esclarecer as diferenças entre árabes, muçulmanos, xiitas, sunitas e a relação de alguns grupos terroristas com a religião islâmica. Longe disso, os termos “árabe” e “islâmico” algumas vezes foram usados quase como sinônimos.

A palavra de ordem impressa nos diz que há uma guerra e um inimigo a ser combatido por todos, já que como se lê em vários textos, o alvo não se restringe aos Estados Unidos, mas ao mundo livre e à democracia.

Com relação ao princípio do comentário descrito por Foucault, nota-se que uma notícia dificilmente aparecerá como fato isolado, em geral será narrada com retrospectos e interpretações que irão contextualizar e classificar os acontecimentos, como nos exemplos a seguir.

#### **Folha de S. Paulo**

Ataque questiona doutrina republicana 12/09/2001  
Ataque a Pearl Harbour lançou país na 2ª Guerra 12/09/2001  
Ataque é “divisor de águas”, diz embaixador 12/09/2001  
Principais atentados terroristas no mundo 12/09/2001  
Os principais grupos terroristas no mundo 12/09/2001  
Terroristas querem mostrar que EUA são vulneráveis 12/09/2001  
Reflexão sobre a tragédia 11/09/2002  
Um mundo pior (editorial ) 11/09/2003  
No pós 11.09: a ONU ou o caos 11/09/2003  
Os ataques da Al-Qaeda no contexto histórico 11/09/2006

#### **O Estado de S. Paulo**

Terror atinge as bases da cultura americana 12/09/2001

Estrategistas prevêm represálias dos EUA 12/09/2001  
Primeiro atentado contra WTC foi obra de extremistas islâmicos 12/09/2001  
Ataque exige destruir sistema que o produziu 12/09/2001  
Bin Laden recebeu Atta, líder dos seqüestradores 11/09/2002  
Dois anos depois: A ameaça continua 11/09/2003  
Campanha global pós-atentados está apenas no começo 11/09/2003  
Livros oferecem explicações para os ataques do 11/9 11/09/2004  
Uma tragédia que ainda não acabou 11/09/2004

Com relação ao princípio do autor, dois respeito dois textos chamam atenção particularmente. O primeiro de *O Estado de S. Paulo* intitulado “Suspeito de ter organizado ação vale US\$ 5 mi para os EUA”, traz um perfil de Bin Laden e seu retrospecto em atentados. A diagramação lembra um cartaz de bandidos procurados do Velho Oeste, com uma fotografia de Bin Laden bem no centro da página. Há também uma retranca ao lado dos subtítulos da matéria em letras maiores que diz “O terrorista”. Abaixo desta matéria há um box que enumera os principais atentados terroristas no mundo e a foto de um avião destruído em outro atentado em 1988, sem nenhuma relação com Bin Laden. O segundo é um artigo, “Mundo árabe está em guerra com EUA”, quase uma página inteira no meio da editoria Internacional, embora tradicionalmente os artigos e outros textos opinativos sejam publicados na segunda e terceira páginas daquele jornal. O texto é ilustrado com uma fotografia de uma criança de uniforme com a legenda “Militante do Jihad islâmico ajeita a filha, vestida como terrorista, durante protesto em Gaza”. No alto da página destaca-se a seguinte frase sobre um fundo negro “O fracasso do mundo árabe-islâmico tem raízes numa ordem social irreformável”, expressando não só uma confusão entre a origem árabe e a religião islâmica, mas também uma suposição de que existe um bloco homogêneo chamado mundo árabe-islâmico.

Com relação à rarefação dos sujeitos que falam, é curioso notar quem são os especialistas que comentam os fatos nos jornais. Na *Folha de S. Paulo* há artigos de colonistas do jornal que tradicionalmente escrevem sobre outros assuntos que não envolvem política internacional (Eliane Cantanhêde, Contardo Calligaris, Jânio de Freitas, Nelson Ascher, Elio Gaspari). Houve entrevistas e artigos de intelectuais, além da embaixadora dos Estados Unidos no Brasil e do ex-prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani. Se a *Folha* abriu espaço para um artigo de página inteira anunciando uma suposta guerra do “mundo árabe” contra o ocidente, o jornal também publicou, embora em anos diferentes artigos de pessoas cuja interpretação era completamente diferente,

pois tratavam de uma “falácia da guerra contra o terror” e apresentavam outro modo de contextualizar os acontecimentos de 11 de Setembro.

*O Estado de S. Paulo* publicou alguns artigos assinados por nomes de destaque no campo das relações internacionais, como Henry Kissinger e Francis Fukuyama. Além disso, foram publicadas várias entrevistas e reportagens cujas fontes eram estudiosos dos assuntos em questão e autores de livros sobre o assunto (mudanças dentro do Islã, informações sobre a Al-Qaeda) ou até comentários de envolvidos no assunto abordado (como no artigo “Bush criou novos terroristas”). Enquanto o primeiro veículo deu mais espaço para seus próprios articulistas, o segundo utilizou mais textos “de fora” e também utilizou mais entrevistas com autores realizadas pelos seus correspondentes.

Neste ponto reside a diferença mais acentuada entre os dois jornais, pois a *Folha* se volta muito para a própria redação nos textos analíticos e com isso acaba publicando textos com opiniões estereotipadas e análises superficiais ou confusas – o que não ocorre quando recorre a colaboradores cuja credencial para escrever não está baseada unicamente no fato de serem ligados ao veículo. Já o *Estadão*, embora utilize bastante material de fora explora melhor o trabalho de seus correspondentes e publica boas entrevistas com autores de livros estrangeiros. A participação de intelectuais e pesquisadores brasileiros ou latino-americanos nos dois jornais, seja como fonte ou articulista, é muito pequena.

Por último, é interessante lembrar as observações de Foucault a respeito das resistências e sobre a potência de fuga que existe da palavra de ordem, conforme afirmam Deleuze e Guattari. Em meio à cobertura que muitas vezes parecia homogeneizada, privilegiando e repetindo uns poucos aspectos dos atentados de 11 de Setembro – como o número de mortos, a divulgação das fitas de Osama bin Laden, a reconstituição dos atentados – é possível encontrar reportagens e artigos que não caiam no óbvio. Dentre eles gostaria de destacar três exemplos.

O primeiro é uma reportagem publicada no primeiro aniversário dos atentados. O texto assinado pelo correspondente Paulo Sotero de *O Estado de S. Paulo* cobrava uma postura “sóbria” da imprensa estadunidense. O segundo é um artigo originalmente publicado pelo periódico inglês *Financial Times* intitulado “A falácia da guerra contra o

terror” reproduzido pela *Folha de S. Paulo* em 11/09/2004. Este texto estende a reflexão sobre o terrorismo para o modo como o governo russo lidou com o atentado de Beslan. Segundo o autor, Quentin Peel, a tragédia havia sido agravada pela “pelo caos e a incompetência dos serviços de segurança russos”, que não haviam criado “nenhum plano de resgate coerente” e que o então presidente do país, Vladimir Putin, “em lugar de assumir os erros de sua própria administração, atribuiu a culpa a inimigos internacionais anônimos”. Para Peel, todo o conceito de “guerra ao terror” serve às finalidades dos terroristas e cria uma psicose de medo e enfraquece a liberdade que deveria defender.

O terceiro exemplo é um artigo de Rami G. Khouri sobre os atentados da Al-Qaeda e seu contexto histórico publicado pelo mesmo jornal em 11/09/2006. Segundo o texto, para entender o 11 de Setembro deve-se traçar a história de pequenos e isolados grupos terroristas, entender por que eles não têm apelo ao público árabe como grupos como Hamas, Hizbollah e a Irmandade Muçulmana, ver a relação simbiótica entre suas ações e o militarismo anglo-americano-israelense na região. Este artigo é interessante porque é assinado por um especialista “não-ocidental” (o autor é ligado à Universidade Americana de Beirute e editor do jornal libanês *Daily Star*) e também é um dos poucos a apresentar uma proposta de análise que foge ao esquema maniqueísta de bandidos e mocinhos ou da interpretação segundo a tese do choque de civilizações.

### **Conclusão**

O efeito centralizador de poder do 11 de Setembro criou na imprensa brasileira uma pauta permanente, um modo de interpretação específico (a tese do choque de civilizações<sup>4</sup>) e a afirmação constante de um momento de ruptura histórica. Os atentados colocaram o terrorismo definitivamente na pauta internacional. Esta palavra teve seu significado redimensionado, tornando-se quase sinônimo de islamismo. A formatação do discurso passa pelo princípio do comentário e da rarefação dos sujeitos que falam. Ao mesmo tempo em que permanece a noção de que o outro é inimigo e se

---

<sup>4</sup> Segundo a tese do cientista político Samuel Huntington (1997), a derrocada da União Soviética e o fim da bipolaridade capitalismo-comunismo inauguraria uma nova ordem mundial na qual os conflitos globais seriam de ordem cultural, entre civilizações diferentes. O ressurgimento das religiões no fim do século XX seria a causa da ascensão de movimentos fundamentalistas e tenderia a reforçar as diferenças entre civilizações, em especial entre a cristandade ocidental (Europa e Estados Unidos) e a civilização islâmica.

reforçam antigas crenças (a democracia, o mundo livre), o novo é fixado. O inimigo não é mais o comunista, é o terrorista islâmico, o homem-bomba, o fanático.

As guerras contra o Afeganistão e o Iraque foram analisadas nos jornais como conseqüências dos atentados, sem espaço para questionamentos e informações que contradissem esta interpretação (como os planos para invadir o Iraque expressos em diversos documentos de *think tanks* neoconservadores). A racionalidade da imprensa dá a impressão que a construção de verdades não existe, porque a imprensa mesma atua na construção de verdades ao privilegiar um ponto de vista em detrimento de outros e o repete como se não existissem outros possíveis.

O discurso dominante nos jornais (salvo algumas análises), apenas reforça posições já estabelecidas. Defendeu-se o multilateralismo, mas pouco se avaliaram as conseqüências dos atentados para o Brasil. Tampouco houve um esforço para analisar os atentados sob um prisma que fugisse ao esquema da guerra entre o mundo ocidental e o resto. Anunciou-se a cobertura intensa dos meios de comunicação e o lançamento de livros e filmes sobre o assunto, mas houve pouca autocrítica da imprensa. Os atentados contra o World Trade Center e contra o Pentágono, mas os jornais só se referem à cidade Nova York, ao clima de medo e revolta na cidade mais cosmopolita dos Estados Unidos. Se a guerra contra o terror é assunto de governo, o horror é problema de todos. Embora se afirme que o inimigo não tem rosto, em diversos momentos são atribuídos a ele os traços de uma etnia e de uma religião específicos.

Mais que comandos, as palavras de ordem encerram obrigações sociais e o que é preciso reter. Neste caso é necessária a empatia para com as vítimas, com o mundo ocidental sendo atacado, assimilar a separação de mundo declarada pelo choque de civilizações. O jornalismo dependente do novo repetiu as mesmas notícias todos os anos (mais uma fita de Bin Laden, mais uma programação de homenagem aos atentados, mais um lançamento de filme ou livro sobre o 11 de Setembro). Com isso perdeu-se a chance de publicar análises diversas, de refletir sobre outras causas da invasão do Iraque ou sobre a mesma política de retaliação que elevou a popularidade de Bush em 2001 se converteu num dos fatores responsáveis pela derrota do seu partido em 2008. Citou-se brevemente a perda de direitos civis conseqüente da Lei Patriótica, mas o tema não teve um debate aprofundado.

Fica a pergunta: como escapar à sentença de morte que está incluída na palavra de ordem? Para começar, tendo a clara noção de que o jornalismo é um recorte de mundo e a notícia é mais do que um dado a ver, é um mundo a ser visto. A procissão de verdades que acontece na mídia é permeada de opinião, de construção de universais. É preciso ter também em mente que este espaço onde se constroem verdades é também o espaço para resistências, para a afirmação de verdades dissonantes. Em meio à cobertura homogeneizada é possível encontrar boas matérias e fazer boas matérias. Os jornais brasileiros publicaram a visada Ocidental dos fatos. O que não quer dizer que não existam outros recortes e outras coberturas possíveis.

## **Bibliografia**

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia Vol. 2.** São Paulo: Editora 34, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural pronunciada no Collège de France em 2 de dezembro de 1970.** São Paulo: Loyola, 2005.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976).** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente.** São Paulo, Loyola: 2004.

SOUTO, Fhoutine Marie Reis. **Depois da queda das torres: A cobertura jornalística do 11 de Setembro nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.** Dissertação de mestrado em Ciências Sociais pela PUC/SP, 2009.